

31º Encontro Anual da ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2007

Caxambu MG

ST 18 Estudos de Gênero: teoria e pesquisa

Neuza de Farias Araújo

Universidade de Brasília

Moça de Família: estereótipos e significados em meados do século XX

## Introdução

A família em sua definição legítima é um privilégio instituído como norma universal. Privilégio de fato que implica um privilégio simbólico. Aqueles que têm o privilégio de ter uma família adequada podem exigí-la de todos, sem ter que perguntar pelas condições de universalização do acesso ao que exigem universalmente, a família é certamente uma ficção, uma ilusão, mas uma ilusão bem fundamentada (Pierre Bourdieu). Pertencer a uma família equivale a resguardar-se de um mundo severo em acusações, intransigente, implacável. Na família preservam-se as identidades e sobretudo agasalham-se conflitos sob uma forte capa de proteção. A moralidade serve de amparo, conferindo a família uma identidade respeitada, face às determinadas barreiras externas. Ser Moça de Família é possuir uma moral assegurada a alongar-se numa sociedade nem sempre generosa em comportamentos éticos. A moralidade na qual se assenta a família, representa um dos fundamentos importantes para a ideologia doméstica. Sinônimo de fortaleza, de segurança, de recato, condiciona os subterfúgios de uma simbologia de preservação. Na escala de predicados, a moça de família ocupa o lugar da moral, tendo portanto uma situação de privilégio que recorre à ancestralidade de membros certamente reconhecidos por uma dignidade social intocável. Quem fala em moça de família, fala em parentesco, em linhagem de descendência. É condição para novas conquistas, tanto no âmbito da afetividade, do casamento, ou da sociedade (Fátima Quintas).

O estereótipo moça de família significa ter uma história digna que a enobrece e que a distingue de outras que não tiveram a condição de contar com o legado enraizador, que são os elos de pertencimento que fixam a identidade do eu, através de alianças solidificadoras do reconhecimento social. A moça de família vem de um passado de suma relevância para as suas presentes circunstâncias. Situando-se nas linhagens parentais, se arraigando com fortes brasões de antiguidades.

Não ser moça de família retrata uma situação desconfortável ela não carrega os pendores reclamados à sua inserção no quadro de vantagens culturais. Sem família ou simbolicamente sem família, torna-se “vulnerável” sendo olhada de outras formas, permanecendo sujeita a toda sorte de interpretações. Isto é, não merece confiança, sugere marcas pecaminosas e, portanto deve ser evitada a bem da coletividade.

Ser de família garante uma boa representatividade social, um escudo protetor que envolve a identidade da mulher, afagando-a com a insígnia do reconhecimento societário. O estereótipo moça de família está ligado à classe social, notadamente a família burguesa. É mais usual a terminologia “moça de família” a “rapaz de família”. Utiliza-se pouco porque? O perigo aponta para o feminino: ela não pode revelar a insensatez de certas brincadeiras sexuais entre outras que são, quase sempre permitida aos homens, ou melhor se não é moça de família, corre o risco de ser leviana, pior de ser catalogada sob expressões como disponíveis a atender aos impulsos dos apelos masculinos. Não sendo rapaz de família, há liberdade sexual. Sendo rapaz de família se faz necessário atender e defender inúmeras categorias que se querem ser aplaudidas.

O modelo burguês de família centrado na criança, no lar, e no patrimônio, cujo padrão emocional se definia pela autoridade restrita aos pais, e profundo amor parental pelos filhos, teria se instalado, primeiramente nos meios burgueses, antes de se estender progressivamente por toda a sociedade.

O hábitus é um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integram todas as experiências e funciona a todo o momento como matriz de preocupações, apreciações e ações. O “habitus” torna possível o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciais, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma, graças às correções incessantes dos resultados obtidos e dialeticamente produzidos por estes resultados ( Pierre Bourdieu)

Nosso objetivo neste ensaio, é apresentar algumas questões ligadas a estereótipos e significados da definição “moça de família”, considerando o papel da mulher no contexto histórico e familiar. Os conceitos de família e de hábitus apresentados por Bourdieu nos inspiram a refletir a simbologia da família, e o sistema de dominação do qual as mulheres estão submetidas no contexto histórico da sociedade

Considerando a trajetória da sociabilidade das mulheres em meados do século XX, pretendemos levantar algumas questões relativas à evolução deste significado, resultante da emergência dos movimentos com a participação das mulheres e dos aportes teóricos advindos do feminismo.

## Desenvolvimento

Segundo os dicionários Aurélio e melhoramentos de sinônimos e antônimos, a palavra estereótipo significa clichê, lugar-comum, chavão, chapa.

Estereotipar - imprimir por estereotipia, tornar fixo, inalterável, ou processo pelo qual se duplica uma composição tipográfica, transformando-a em forma compacta, mediante moldagem de uma matriz.

Significado - significação, o que as coisas querem dizer, ou representam, ter o sentido de querer dizer, simbolizar, sentido, acepção.

Símbolo - alegoria, representação, metáfora, expressão, modelo, o que representa ou substitui outra coisa.

Simbolizar - exprimir, ou representar por símbolo

Pertencer a uma família, tem uma interpretação historicamente especial. Estar em família significa estar no aconchego, no abrigo, é trazer no decorrer de sua história a herança moral. A família oferece segurança e firmeza, servindo de alicerce para a estabilidade do indivíduo no coletivo.

Viver em família significa uma situação confortável, de relações pessoais e sociais entre seus membros capaz de atenuar uma série de desequilíbrios que podem vir da exterioridade do lar. Portanto ressalta-se a importância das relações familiares na construção da identidade do sujeito. A interação simbólica da afetividade pode munir o homem e a mulher de ferramentas para o enfrentamento da sociedade.

O estereótipo de moça de família apontava para a acepção do rendimento de valores da família burguesa, estendendo-se a outras classes sociais no tocante a herança de valores, de moral, de afetividade e sociabilidade. Estes aspectos necessariamente estão ligados diretamente às questões morais e sociais resultantes da herança familiar, ou costumes adquiridos ao longo das trajetórias culturais e sociais.

Para caracterizar a família, apresentaremos algumas referências, no sentido de contextualizar a sua simbologia.

O conceito de habitus para identificar a situação de dominação das mulheres no período mencionado neste ensaio.

A família embora muitos historiadores e antropólogos tenham chamado a atenção para a notável variação entre as formas da família, outros autores têm buscado identificar as suas características universais. Em 1949, o antropólogo George Murdock baseado em suas análises referentes a quinhentas sociedades, definiu a família como um grupo social caracterizado pela residência e cooperação econômica e reprodução. Ela inclui adultos de ambos os sexos, pelo menos dois dos quais mantem um relacionamento sexual socialmente aprovado, e um ou mais filhos, próprios ou adotivos dos adultos que coabitam conjuntamente.

Durante muitos anos a definição de Murdock foi o padrão, citada em inúmeros mananciais e ensaios eruditos, aplaudidos por ser aplicável tanto em países em desenvolvimento, quanto no ocidente moderno. Outros estudos apontam que atualmente esta definição já não pode mais ser aplicada com precisão.

Na atualidade, embora Murdock ainda seja amplamente citado, existem novos indícios tanto sobre normas de família, quanto formas de lares, para contestá-lo com relação a cada critério que ele propôs. Pelo menos desde os anos 60, em grande parte do ocidente moderno e no mundo em desenvolvimento, a forma de família de Murdock dá conta apenas de uma minoria de lares.

A família, alega os críticos de Murdock, em geral consiste em um único genitor, o típico é que seja a mãe e filho, ou adultos coabitando sem filhos. Ou os casais que se privam voluntariamente da paternidade e maternidade, para buscarem outros objetivos. Não há dúvida de que tanto para muitos homens e mulheres e filhos, a família continua sendo uma instituição baseada na dependência econômica.

Apesar da entrada mundial das mulheres na força de trabalho, muitas delas ainda dependem financeiramente dos homens, pais, maridos ou companheiros. Apesar da aparente independência financeira dos homens, a maioria depende das mulheres, não só para o trabalho “invisível” e sem pagamento na domesticidade e privacidade do lar, mas também pela renda proporcionada pelo seu trabalho na esfera pública.

Os pilares teóricos expostos por Engels em A origem da família, propriedade privada e o Estado, trabalhando com as anotações de Marx e observações do antropólogo Lewis Morgan, Engels começou com as premissas básicas da teoria marxista. Afirma que o comunismo não é utópico e idealista, mas materialista e realista. O fator determinante na

história é a produção dos meios de existência, a alimentação, o vestuário, e o abrigo. A estrutura da sociedade depende de como essa produção é realizada. Além do mais, à medida que as estruturas mudam e se sucedem umas às outras, pode-se perceber uma progressão, um desenvolvimento, um progresso . Dadas essas premissas Engels começa a análise da família, e o domínio das mulheres.

A origem da família, como a origem de tudo e mais, argumenta, é econômica. Na visão de Engels, a sociedade é sempre social, sempre uma espécie determinada de arranjo econômico, jamais redutível ao indivíduo. O sexismo, segundo Engels, não era universal. Houve um tempo em que a terra era possuída comunalmente, quando a herança era através da mãe, quando o trabalho das mulheres tinha o mesmo valor que o dos homens. Afirmava que no início as mulheres eram livres e honoráveis.

A família, tal como conhecemos nasceu com a propriedade privada que também causa a derrota histórica mundial do sexo feminino. Dado o poder que essa propriedade confere aos homens que a possuem, dado o fato de que os homens querem transferir essa propriedade aos filhos varões, o direito da mãe é derrotado.

Depois da derrubada da raça feminina, os homens assumiram o comando da casa, a mulher foi degradada e reduzida à servidão e mero instrumento para a produção de filhos. Assim de acordo com Engels, foi criada a família que sobrevive no capitalismo como uma espécie de escravidão ou servidão. Ela contém em miniatura todas as contradições que depois se estendem através da sociedade e do Estado.

Para Engels o caráter de um indivíduo é sempre determinado pela função social , pelo conjunto de relacionamentos no quais ele é definido. Portanto, a estrutura da família jamais deve ser justificada como dependente de uma natureza, de que espécie for, masculina ou feminina.

O estudo de Engels sobre a origem da família burguesa rejeita o sentimentalismo protetor, para ele é uma unidade social em atuação, ela atende a um propósito econômico.

Concernente às reflexões sobre família no Brasil, na década de sessenta do século XX, começaram a ter uma grande importância nos meios acadêmicos.

Destaca-se entre as várias contribuições, os trabalhos pioneiros de Gilberto Freire (1969) sobre o perfil da família patriarcal brasileira no período colonial e posterior. Sobre o patriarcado, mostra em sua obra, a casa grande completada pela senzala, representando um

sistema econômico, social e político de produção, a monocultura latifundiária, o trabalho escravo, a predominância do catolicismo na religiosidade familiar, e os trabalhos beneficentes para acolhimento a pessoas idosas, viúvas e órfãos.

A estrutura doméstica patriarcal caracterizava-se pela importância central do núcleo conjugal e da autoridade masculina, representada na pessoa do patriarca, chefe, dono do poder econômico.

Nesta estrutura familiar patriarcal, a distribuição de papéis era rígida e hierárquica, baseava-se no controle da sexualidade feminina, a regulamentação da procriação, visando à herança e a sucessão. Via de regra os casamentos eram realizados objetivando a conveniência de celebração de alianças entre os grupos econômicos.

Aos homens era permitida a busca da satisfação sexual fora do casamento, enquanto que das mulheres era exigido moralidade, recato e fidelidade.

Retomando a concepção de Engels, como a família atende a um propósito econômico, assegurar ao homem herdeiro indiscutivelmente legítimo, exige um duplo padrão, pois a mulher não pode ser infiel.

O homem evidentemente está em uma posição diferente. O que está em questão não é a moralidade nem a virtude das mulheres, mas a função social.

O casamento baseia-se não no amor, mas na propriedade, é um modo pelo qual o homem de posses esteja seguro de ter alguém a quem deixá-la. Um trabalhador que não tenha propriedade, não precisará de casamento, nem terá capacidade de sustentar o trabalho escravo de sua mulher.

Marx no *Capital* expõe os mecanismos econômicos dos quais a família é uma peça. No feudalismo, a família era uma unidade econômica, a instituição em torno da qual a produção era organizada.

A revolução industrial substituiu a família como unidade produtiva, pela fábrica, e pelas diferentes relações de produção capitalistas.

Os trabalhadores vendem sua força de trabalho por salários e produzem valor excedente que retorna ao capitalismo em forma de lucro. A família torna-se apenas uma unidade de consumo.

Com a revolução socialista, desde que o proletariado se torne consciente da sua opressão comum e de sua força, a família será desnecessária do ponto de vista econômico.

O Estado assumirá muitas de suas funções, tais como o cuidado diurno com as crianças, cuidados com os doentes e idosos, e até outros serviços pessoais. Dentro desta perspectiva, as feministas marxistas previam a ruptura real da família, tornando-a obsoleta, prevalecendo as mudanças e tendo como consequência a libertação feminina.

Do ponto de vista das feministas, em suas análises críticas sobre o sistema patriarcal, a sexualidade pode ser vista como extensão secundária, daquele domínio. Se a função da família é reprimir aquele sujeito que se exprime por si, então a função da família pode mudar para deixar o sujeito mais livre para empreender seus próprios projetos.

As mulheres brasileiras que ingressaram em movimentos feministas, sempre caminharam na trajetória de luta para enfrentamento da situação de submissão objetivando o desenvolvimento de novos papéis no contexto histórico e familiar: a este respeito apresentaremos algumas notas sobre este processo histórico.

## A

## República

Na virada do século de 1889 a 1900, o Brasil já apresentava uma nova face, a República que se implantou, o trabalho se tornou assalariado, e as cidades cresceram. A burguesia ia cada vez mais se enriquecendo a custa da exploração dos trabalhadores, a nascente classe operária. Esta formada por grande parte por imigrantes sem direitos, vivendo de baixos salários, e trabalhos em excesso. Aos poucos foram se organizando por melhores salários, jornadas menores e direitos trabalhistas.

A abolição da escravatura não significou de forma alguma a libertação do povo negro. Pelo contrário acentuou-se a sua condição de marginalizado. Enquanto o desenvolvimento industrial emergente abria as portas para mão de obra branca procedente da Europa, deixava aos negros os piores serviços e de baixa remuneração. Nessa época a mulher negra teve um papel preponderante ao garantir sozinha a sobrevivência de sua família, quando apenas ela conseguia ainda algum serviço remunerado.

A mulher operária, duplamente explorada por trabalhar na fábrica e no lar, tinha sempre os salários mais baixos e as jornadas de trabalho maiores. Lutavam sempre ao lado dos homens, embora suas conquistas fossem menores.



Muitos foram os movimentos que elas se destacaram, em 1906 greve dos tecelões, as mulheres reivindicaram melhores salários e redução da jornada de trabalho, denunciaram a exploração patronal. Nesse mesmo ano foi realizado o primeiro congresso operário, onde foi aprovada a luta pela regulamentação do trabalho feminino. Entre 1917 e 1919 começaram as greves das operárias têxteis em São Paulo. Este movimento conseguiu a promulgação de uma lei que incluía a abolição do trabalho noturno da mulher e das crianças.

Durante esse mesmo período houve um movimento pelo voto, agrupando parcelas expressivas de mulheres. Pertencentes à classe média e à classe dominante, abraçavam uma causa comum às mulheres de diversos países, pois este direito, toda parte, só foi conquistado com muita mobilização. Em 1910 a professora Deolinda Dalho, fundava o Partido Feminino Republicano, defendendo especificamente que os cargos públicos fossem abertos a todos os brasileiros, sem distinção de sexo.

Em 1920, a professora Maria Lacerda de Moura, e a bióloga Bertha Lutz, fundaram a Liga para Emancipação Internacional da Mulher, grupo de estudo cujo objetivo era lutar pela igualdade política das mulheres, o pacifismo, o amor livre e a emancipação da mulher, opondo-se ao capitalismo, ao militarismo e ao fascismo.

A década de 20 foi privilegiada no que diz respeito às lutas e propostas de mudança. Em 1922 surge a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que vai dar impulso à luta das mulheres pela conquista do voto feminino. A federação tinha por objetivo promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina, proteger as mães e a infância, obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino, auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha da profissão, estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre outras mulheres e interessá-las pelas questões sociais e públicas, assegurar á mulher os direitos políticos, estreitar laços de amizade com os demais países americanos.

O direito ao voto só se tornou realidade para as mulheres e foi incorporado à Constituição brasileira em 1934.

Após essa vitória, a luta das mulheres passou a se concentrar na questão do trabalho feminino e na proteção à maternidade e às crianças.

Foi elaborado o Estatuto da Mulher, com algumas reivindicações necessárias, maior tempo de licença de gravidez, mudanças jurídicas em benefício da mulher, principalmente a casada.

#### A segunda República

No ano de 1937 com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, a luta das mulheres fundiu-se praticamente a de todo o povo, que resistia à ditadura e defendia a democracia. No período da segunda guerra mundial as mulheres brasileiras participaram em favor da democracia, contra o fascismo, ao lado dos aliados. Com a Liga de Defesa Nacional, as mulheres organizaram campanhas para doar agasalhos aos pracinhas e cursos de formação para enfermeiras.

#### A terceira República

Entre os anos de 1960 a 1964, eclodiu no Brasil um vigoroso movimento de massas, que incorporou expressivas parcelas de diferentes segmentos sociais. O crescimento da classe operária decorrente do desenvolvimento industrial concentrou-se na região centro sul.

A industrialização provocou também o aguçamento das contradições econômicas, e sociais existentes no meio rural. Os camponeses intensificaram suas manifestações a favor da reforma agrária e as mulheres em grande massa engrossaram estas campanhas e reivindicações.

#### Acontecimentos na década de 60

A instauração da ditadura militar, em abril de 1964, acarretou radical mudança na política brasileira. A repressão atingiu as forças populares organizadas, sobretudo sindicalistas e camponeses. Mas também professores, advogados, jornalistas e estudantes.

Nos meados de 1968, os acontecimentos que abalaram a França à chamada revolução cultural e sexual, espalhou-se por todo o mundo, colocando em ação todas as forças democráticas, chegando essas idéias ao Brasil, marcando a explosão de várias passeatas que iniciavam nas universidades e terminava nas ruas.

Durante este período, parcelas da sociedade, ao se rebelarem contra a ação

imperialista, invocaram ideais libertários e igualitários. Começaram a desvendar as discriminações que procuravam transformar as mulheres, os jovens, os negros em massa, sem expressão cultural e política.

Emergiram os movimentos feministas e de negros, principalmente no Brasil e no norte americano, contra as ideologias patriarcais, machistas e racistas.

## Trabalho

As mulheres brasileiras estão mais presentes no mercado de trabalho, mas não conseguem se livrar das tarefas domésticas. Na década de 1970, 18% das mulheres trabalhavam externamente. Nesta década atual, elas já dominam metade do mercado de trabalho. Mesmo ocupando postos no mercado de trabalho, nas atividades domésticas dedicam pelo menos três horas diárias.

A conciliação entre a casa e a carreira é um problema que parece apresentar-se de forma bastante difícil para as mulheres brasileiras, assim como a divisão de tarefas no lar. Ainda permanece na divisão de tarefas a figura familiar tradicional do pai que cuida do carro, dos eletrodomésticos, da contabilidade, enquanto a mulher cuida das crianças, da administração do lar, da empregada doméstica, das compras, e da limpeza.

As famílias que tem uma mulher como responsável principal sempre existiram, mais particularmente nas culturas onde a mulher tem o direito de herdar, de possuir a terra e de montar sua casa<sup>1</sup>. Este fenômeno aumentou depois diminuiu em certos períodos da história durante e depois de acontecimentos como guerras, deslocamento de populações e migrações massivas. Existem evidências do seu crescimento nos últimos trinta anos mas esta tendência é mais antiga remontando às transformações sócio econômicas iniciadas pelas colonizações. Na África sub-saariana, a migração dos homens para as minas e para as plantações deu á numerosas mulheres a responsabilidade da exploração agrícola da família. No Caribe a referencia ao modelo tradicional da família patriarcal enfraqueceu. Com efeito, a separação residencial de homens e mulheres, imposta pela economia escravagista, obrigou muitas

---

<sup>1</sup> Keiko Ono Osaki. Female Headed Households in Developing Countries: By Choice or by Circumstances? DHS World Conference, 5 e 7 de argots 1991, Washington D.C. , Proceedings, Vol. 3, pg. 1604; Schwede, Laurel K., Family Strategies of Labor Allocation and Decision-Making in a Matrilineal Islamic Society: the Minangkabau of West Sumatra, Indonesia. Tese de Ph.Dom, Universidade de Cornell, Ithaca (citado por Buvinic e Gupta 1994, pg. 9); Blumberg, R. Lesser. Poverty versus "Purse Power": The Political Economy of the Mother-Child Family III, in J. Mencher & A. Okongu (ed.), Where Did All the Men Go? Female-Headed/Female-Suported Households in Cross-Cultural Perspective, Westview Press, Boulder, 1993.

mulheres a assumir seus dependentes. Novas formas de união conjugal menos restritivas se desenvolveram.

Trata-se então de visualizar mais precisamente as interações entre dinâmicas coletivas, familiares e individuais e, se possível, de distinguir as transformações estruturais e as perturbações conjunturais.

### Transformações econômicas

A transformação das economias, através da colonização, da industrialização e da urbanização, desestabilizou as bases econômicas do patriarcado. As migrações de trabalhadores, para as cidades e para o estrangeiro, tanto de homens como de mulheres, enfraqueceram, freqüentemente, os laços conjugais. Por outro lado, nos últimos vinte anos, a taxa de atividade dos homens estagnou ou regrediu em dois terços dos países em desenvolvimento, a taxa de atividade das mulheres, ao contrário, aumentou, principalmente na América Latina, no Caribe, no leste, sudeste e oeste da Ásia, na África do Norte<sup>2</sup>. Bem que o acesso das mulheres ao mercado de trabalho se dá em condições de super exploração (atividades formais ou informais pouco qualificadas e mal remuneradas, sem proteção social) e de discriminação (remuneração inferior aquela dos homens para o mesmo trabalho), cada vez mais as mulheres dispõem de uma renda própria em dinheiro. Apesar do custo crescente das crianças em matéria de nutrição, de saúde e de educação, assiste-se a uma desresponsabilização de um número crescente de homens neste aspecto<sup>3</sup>. Assim, as mulheres não somente tem que enfrentar o desengajamento crescente dos homens, mais igualmente dos Estados.

Os planos de ajustamento estrutural adotados por numerosos países, reduziram os orçamentos da saúde, da educação, da habitação social, etc. As famílias pobres, aquelas cuja mulher em particular, é a chefe, foram às primeiras vítimas. Os grupos de solidariedade e ajuda, formados na dificuldade, para a guarda das crianças, a constituição de reservas financeiras para compra de bens essenciais em grande escala, a formação de uma poupança ou o acesso ao crédito, constituem novas formas de solidariedade. Bem que

---

<sup>2</sup> Standing. G. Global feminization through flexible labour , in World Development, Vol. 17, n.º 7, 1989.

<sup>3</sup> Folbre. Nancy. Mothers on their Own: Policy Issues for Developing Countries. PC/ICRW Working Paper Series, Family Structure, Female Headed and Maintained Families and Poverty , Whashington D.C. , 1991a; e Folbre. Nancy. Women on their Own: Global patterns of female headship, in The Women and International Development Annual, Vol. 2, 1991b.

as instituições internacionais tenham dado uma forte visibilidade a estas situações, continuam sendo expressões minoritárias, residuais, e não podem apenas elas, substituir os Estados, lá onde eles existem.

A severa recessão econômica não deteve um processo que se acredita irreversível<sup>4</sup>: a progressiva incorporação da mulher ao mercado de trabalho. Em parte, esta tendência se explica pela opções de política econômica priorizando as exportações, de “maquiladoras”, como é exemplo mais divulgado, no México, abrem-se oportunidades para o emprego feminino, preferindo-se as mulheres pela habilidade manual e o reduzido nível de reivindicação<sup>5</sup>. Não apenas o setor exportador vem empregando mais mão de obra feminina, o setor formal da economia brasileira apresenta a mesma tendência<sup>6</sup>. No caso mexicano, os setores econômicos que empregam mais mulheres – serviços pessoais, comércio e manufaturas tradicionais – foram menos afetados pela crise do que os setores onde predomina a mão de obra masculina. No caso brasileiro, o emprego feminino no setor de serviços cresceu de 54,2% para 69,2% nos anos 80<sup>7</sup>. A taxa de atividade das mulheres passa de 18,2% para 26,6% nos anos 70, alcança os 39,2% nos anos 80, atingindo a cifra 48,1% para o ano de 1995. O que importa destacar é a alta proporção de trabalho informal de trabalho feminino, 1 trabalhadora formal para 1 trabalhadora informal e o fato que, formal ou informal, a mulher trabalhadora continua com a mesma carga de trabalho doméstico nas funções de reprodução familiar, a tão conhecida dupla jornada de trabalho feminino. É a unidade familiar que se recompõe<sup>8</sup> para enfrentar a crise, com a entrada de novos membros da família no mercado de trabalho, que antes não trabalhavam, sendo que, em distintos tipos de família em diferentes etapas do ciclo doméstico, aumenta a carga de trabalho, sobretudo nas famílias cujo chefe é uma mulher, exceção feita no caso das famílias de forte carga de trabalho doméstico. O atendimento das necessidades básicas das

---

<sup>4</sup> Prates. S., Participação Laboral Feminina en un Proceso de Crisis, in Mujer y Crisis: Respuestas Ante la Recesión. Dawn/Mudar. Ed. Nueva Sociedad, Rio de Janeiro, 1990, pg. 75-92, (Coord. Aguiar. N.).

<sup>5</sup> Oliveira. O., Empleo Feminino em México en Tiempos de Recesión Economica Tendencias Recentes, in Mujer y Crisis... Ibid. pg. 31-39.

<sup>6</sup> Spindel. C. R., Mujer y Crisis en los Años Ochenta. in Mujer y Crisis... Ibid. pg. 105-30.

<sup>7</sup> Bruschinl, Cristina., Fazendo as Perguntas Certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade?. Fundação Carlos Chagas, II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho. Águas de Lindóia, 1-5 dez. 1996.

<sup>8</sup> Cavalcanti de Oliveira. Z. L., Crisis, Situation familiar y trabajo urbano, in Mujer y Crisis... Ibid. pg. 45-70.

famílias desfavorecidas<sup>9</sup> se realiza pela mobilização das mulheres que, dentro dos limites impostos pela situação econômica, acionam redes de solidariedade que possibilitam uma redefinição dos papéis de gênero e o incremento de sua participação política.

#### Transformações políticas

Os conflitos internos e externos aos Estados, as repressões políticas internas são fortes fatores de desestruturas familiares. Quaisquer que sejam as causas dos crescentes conflitos, nos últimos vinte e cinco anos, o número de refugiados multiplicou-se por dez. Na medida em que o envolvimento militar e a repressão política e armada atingem os homens, 80% dos refugiados são mulheres e crianças<sup>10</sup>. A maior parte das mulheres adultas, nesta população, são mulheres chefes de família de fato.

#### Transformações

culturais

Importantes perturbações econômicas e políticas destas últimas décadas afetaram o funcionamento e a integridade das famílias. As repercussões sociais e culturais destas perturbações se lêem, igualmente, no nível do discurso dos atores sociais referentes à família.

- No nível individual;

A manutenção do reconhecimento jurídico do homem como chefe de família não basta, em muitos casos, para ocultar a crise que afeta profundamente sua imagem em termos econômicos e morais. A perda do poder econômico e da autoridade no seio da família provoca, em muitos homens, reações de frustrações que se exprimem de diversas maneiras: Por um comportamento paradoxalmente consumista e ostentatório (cigarros, roupas, outras mulheres, etc.), ele pode esperar compensar a perda do *status*, ligado à perda do emprego, através de jogo de aparências e da manipulação dos símbolos de prestígio masculino<sup>11</sup>. A consequência direta desta atitude é a formação de uma família cuja mulher torna-se

---

<sup>9</sup> Serrano. C., *Mujeres de Sectores Populares Urbanos en Santiago de Chile*, in *Mujer y Crisis...* Ibid. 45-70.

<sup>10</sup> ONU., *As mulheres no Mundo 1970-1990*. Organização das Nações Unidas, Nova York, 1992.

<sup>11</sup> Hoodfar. Homa. *Household budgeting and financial management in a lower-income Cairo neighborhood*, in D. Dwyer & J. Bruce (eds), 1988; e Hoodfar. Homa. *Survival Strategies in Low Income Households in Cairo*, in *Journal of South Asian and Middle Eastern Studies*, Vol. 13, N.º 4, Verão de 1990.

o principal sustentáculo. Um outro tipo de *déviance*, voltado, desta vez, para o álcool, assinala uma fuga da realidade e uma irresponsabilidade ainda mais desastrosa. Produzindo uma imagem desfavorável junto à comunidade, desentendimentos e violências no seio da família, este comportamento conduz, num primeiro momento, à formação de uma família cuja mulher é a chefe de fato. Podendo chegar, entretanto, à formação de uma família cuja mulher torna-se chefe de direito, depois de uma separação ou um divórcio<sup>12</sup>.

A violência doméstica contra as mulheres aparece como um fenômeno universal e largamente difundido. Ela não é unicamente ligada às situações de frustrações acima descritas mas qualquer que seja o contexto, ela contribui, também, na colocação em risco, da solidariedade familiar tradicional.

- No nível coletivo

As perturbações econômicas, a ascensão do individualismo e o relaxamento do controle social no âmbito das famílias são fatores que interagem entre si.

A crise econômica atinge as famílias pobres e não somente aquelas cujo chefe é uma mulher de direito ou de fato. Os mecanismos tradicionais de solidariedade são então ameaçados, dentre eles, aqueles que, durante longo tempo, assegurou a proteção das viúvas e das mulheres divorciadas, mantendo-as na sua família ou reintegrando-as nas suas famílias de origem, na não ocorrência de um segundo casamento<sup>13</sup>. Desde então, as mulheres viúvas e divorciadas, tradicionalmente assumidas pelas famílias ampliadas, vem aumentar o número de mulheres chefes de família de direito.

A anomia social, que resulta da confusão de valores coletivos e da perda de referências individuais provoca movimentos contraditórios: relaxamento dos controles sociais sobre a família e as normas de comportamento dos indivíduos, de um lado, e apelo à ordem social de outro. O primeiro movimento que nos interessa aqui, o movimento de permissividade, se exprime em dois níveis: a elevada

---

<sup>12</sup> Chant, Sylvia. Single parent families: choice or constraint? The formation of female-headed households in Mexican Shanty Towns, in Development and Change 16(4), 1985.

<sup>13</sup> Hoodfar. Homa. Cairo Family Structure: The Emergence of Female Headship and Differential Consequences. PC/ICRW, Seminar III, 1989; Youssef. Nadia., & Carol B. Hetler. Establishing the economic condition of women-headed households in the third world: a new approach, in Mayra Buvinic et Al., 1983; Keiko Ono Osaki. Female Headed Households in Developing Countries: By Choice or by Circumstances? DHS World Conference, 5 e 7 de agosto 1991, Washington D.C. , Proceedings, Vol. 3, pg. 1606.

frequência de dissolução de casamentos por abandono, repúdio, separação ou divórcio<sup>14</sup> e o desenvolvimento de uma sexualidade adolescente fora do casamento<sup>15</sup>. Este último fenômeno revela a ausência cruel para os jovens duma educação sexual e de meios contraceptivos, uma vez que o vida sexual é temporalmente aumentada. O casamento, com efeito, não pode ser efetivado tão cedo quanto antes, na medida em que é cada vez mais difícil, para um homem jovem, de ter rapidamente uma posição no mercado de trabalho cada vez mais difícil.

A nossa pesquisa sobre as transformações ocorridas nas atividades tradicionais reservadas às mulheres no meio popular urbano brasileiro, e a emergência da categoria **mulher chefe de família**.

Dentre as principais conclusões à que então chegamos, pode-se enumerar:

1. A predominância desta categoria nas faixas mais pobres da população, não só no Nordeste urbano mais no Brasil e também na América Latina. A condição de serem mulheres, pobres e habitarem em países e regiões cujas estruturas sociais, econômicas e culturais, passaram por transformações que só fizeram agravar suas características de exclusão, constituindo uma resultante desse processo à ausência do homem como provedor;
2. A noção de mulher chefe de família – MCF, não se identifica direta e imediatamente com a idéia de “família monoparental”. Existem MCF’s casadas, solteiras, viúvas, outras coabita com seus companheiros, outras recebem seus parceiros de quem recebem ajudas eventuais ou são por eles exploradas mas, elas trazem para a casa a renda que garante a sobrevivência do grupo familiar, ali onde existe a falha masculina como provedor econômico, a contrário dos padrões culturais estabelecidos. A prática tradicional ligando o termo “chefe” a homem, a superioridade do masculino na hierarquia é assim contestada;

---

<sup>14</sup> Assouline, Florence. Musulmanes, Une Chance pour l'Islam, Flamarion, Paris, 1992; Bessis, Sophie & Souhayr Belhassen. Femmes du Magreb: l'Enjeu, J.C. Lattès, Paris, 1992.

<sup>15</sup> Kandiah, Vasantah. Childbearing by Women Under Twenty Worldwide, PC/ICRW, Seminar III, 1989; Apiah, Rebecca. Thoughts About the Origins of Female Headship in Africa., in PC/ICRW, , Seminar III, 1989; Buvinic, Mayra et al., The Fortunes of Adolescent Mothers and Their Children : A Case of Study on the Transmission of Poverty in Santiago, Chile, in Population and Development Review, 18(2), Junho 1982; Medeiros Bezerra, Luiz Gonzaga, O Aborto Provocado: estudo explicativo e analítico de mulheres que procuraram a Maternidade Escola Januário Cicco – UFRN, vítimas de aborto provocado. Dissertação de Mestrado, 1995, UFRN, Natal-RN. Orient. Françoise Dominique Valéry.



3. As mulheres chefes de famílias – MCF's. analisadas, mostraram uma percepção clara de seu papel como suporte econômico principal da família, em consequência da ocupação de um espaço social na esfera pública, no entanto, a representação que elas fazem dessa situação, resulta numa percepção ambígua, resultado do *habitus* patriarcal cuja ideologia reserva o estatuto de chefe ao homem;
4. Um complexo de obstáculos ( jurídicos, ideológicos, culturais, sociais, econômicos, estatísticos, psicológicos e políticos) impedem o reconhecimento do estatuto de MCF, situação concreta que estas mulheres assumem na vida cotidiana;
5. A necessidade, para esta categoria de mulher, de estabelecer meios (ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA) a fim de realizar sua integração em contextos fora do mundo da casa, para fazer face às insuficiências financeiras de seu grupo familiar, o que representa uma ruptura nas estruturas instituidoras dos papéis do homem e da mulher no mundo social;
6. Como ponto de partida da pesquisa, chegamos à seguinte definição de Mulher Chefe de Família – MCF:

a mulher que é responsável pela manutenção econômica da unidade doméstica (U.D.) e sobre a qual pesa a responsabilidade de sobrevivência das pessoas sob seu encargo, tais como seus filhos, pais ou terceiros (marido ou companheiro, irmãos, tios, primos, pessoas com quem mantém laços afetivos ou de solidariedade). Por unidade doméstica (U.D.) se entende uma ou várias pessoas habitando sob o mesmo teto e utilizando a mesma infra-estrutura doméstica, ligados por laços conjugais, sanguíneas ou outros.

Conceito de Mulher Chefe de Família:

O conceito de mulher chefe de família é usualmente aplicado nos casos em que o homem está ausente. Esta noção, oposta à de homem chefe é, normalmente usada no caso de viúvas, mulheres solteiras e separadas.

Na prática estatística, a condição para que uma mulher seja reconhecida como chefe de família, é que nenhum homem adulto esteja presente ao lado dela. Tal não é, entretanto, a condição de simetria: para que um homem seja reconhecido como chefe de família, não haja nenhuma mulher adulta ao lado dele. Esta assimetria

revela o caráter conservador desta definição. Numa sociedade patriarcal<sup>16</sup> as informações dos membros de um domicílio (bem como as perguntas do recenseador) podem estar influenciadas por posições subalternas que resultam na identificação do homem como o chefe de família.

Para FOLBRE<sup>17</sup>, conflitos internos e diversas realidades no interior das famílias são homogeneizadas na superfície, por esta definição, e freqüentemente oculta, um sistema autoritário de liderança que o homem assume na condução da família. Com freqüência, quando o parceiro masculino está ausente do domicílio, filhos mais velhos ou outro adulto homem podem ser contabilizados como os chefes de família. O fato de o domicílio ser economicamente mantido pela mulher, raramente é considerado razoável para a mulher assumir o comando da família quando o homem está presente. Com efeito, num domicílio residindo o casal, mas substancialmente mantido, economicamente, pela mulher, raramente é identificado como chefiado por ela. Quando o conceito baseia-se na contribuição da renda masculina, existe a tendência de considerar este o único sustento da família, quando, na realidade, a renda da mulher e de outros membros da família constituem importantes meios de sobrevivência entre muitos grupos de baixa renda<sup>18</sup>. Um outro problema com este conceito de chefia familiar é que ele tende a ocultar a existência de outras formas de família instaladas em vários domicílios<sup>19</sup>, sustentadas por uma mulher, vivendo em grupos de família extensa ocultando a existência da mulher chefe de família

A manutenção de uma visão patriarcal da família, bastante interiorizada na maior parte das formações sociais, segundo a qual, somente o homem pode ser reconhecido como chefe de família e interlocutor privilegiado dos poderes públicos, exceção aceita, apenas no caso da ausência de um homem. A questão não é somente estatística mais, igualmente política e econômica. Com efeito, o chefe de família pressupõe ser o principal esteio da

---

<sup>16</sup> Para nossa investigação, patriarcado refere-se ao sistema desigual e hierárquico de relações entre homem e mulher, onde o homem exerce controle sobre a mulher e a família, representa a autoridade moral dentro e fora da família, sendo o mediador entre a esfera pública e privada. A presença do homem confere respeitabilidade e segurança à família, por uma associação do prestígio da função de provedor econômico e o maior acesso aos recursos fora da casa.

<sup>17</sup> Folbre . Nancy., *Women on their Own: Global patterns of female headship*, in *The Women and International Development Annual*, Vol. 2, 1991.

<sup>18</sup> Chant, Sylvia., *Single parent families: choice or constraint? The formation of female-headed households in Mexican Shanty Towns*, in *Development and Change*, 16(4), 1985

<sup>19</sup> Moser, C., *Housing*, in *Gender and Deveppement: a practical guide*, editado por Ostergaard Lise, Routledge, London, 1992.

família, o mais apto a redistribuir os recursos recebidos. É então, na sua direção que os governos, as ONG's, agentes financeiros, etc. orientarão seus bens e serviços (terra, habitação, ajuda alimentar, crédito, serviços de extensão agrícola,) que devem beneficiar a todos os membros da família.

O referencial analítico mais utilizado para analisar a chefia familiar: “de jure” (de direito) e “de facto” (de fato)<sup>20</sup>. Esta classificação compreende cinco categorias:

1) A mulher chefe de família de direito compreende duas categorias:

- A situação em que não existe parceiros masculinos ou cônjuges presentes;
- Quando a presença do parceiro é transitória ou temporária devido a relacionamentos com base em visitas ou ligações temporárias;

MCF de direito, ( divorciadas, mulheres desquitadas / separadas com dependentes, separadas, viúvas, mães solteiras ), reconhecida juridicamente: a mulher não é, obrigatoriamente, responsável pela manutenção econômica da unidade doméstica (U.D); parceiro ou cônjuge masculino ausente ou com presença temporária.

2) A mulher chefe de família de fato compreende a terceira e quarta categoria:

- Quando o marido ou parceiro estão temporariamente ausentes do domicílio;
- Quando o cônjuge masculino ou parceiro está presente mas não é o principal mantenedor porque sua contribuição financeira é inexistente ou é insignificante em relação à da mulher.

MCF de fato: a mulher é a responsável pela manutenção econômica da unidade doméstica (U.D); parceiro ou cônjuge masculino ausente ou presente.

Com efeito, na maioria dos recenseamentos que utilizam uma definição subjetiva de chefe de família, reconhecendo a mulher chefe de família apenas a mulher chefe de família de direito, está subestimando o número total das famílias cuja mulher é o principal suporte econômico. As mulheres chefes de família de fato que os recenseamentos ocultam, são:

- i) As cônjuges de um esposo:
  - deficiente físico;
  - desempregado;

---

<sup>20</sup> Youssef, Nadia & Carol Hetler, Establishing the economic condition of women-headed households in third world: a new approach, in Mayra Buvinic et al., 1983

- consumista com atitude e comportamento ostentatório, realizando jogo de aparências para passar imagem social que pertence à família abastada, visando obter prestígio, *status* social, e prazer pessoal. Não assume ou fica impedido de assumir suas responsabilidades familiares.

- As mulheres: imigrantes ou mulheres de imigrantes; refugiadas; cônjuges de marido ausente.

- As mulheres; repudiadas; abandonadas; mães adolescentes cujo parceiro desapareceu

Estas últimas, em muitos contextos culturais, preferem declarar, no seu meio social, a existência de um cônjuge fictício como o chefe da família, invés de se declararem elas mesmas como tal, na esperança de atenuar a reprovação e a estigmatização sociais, que elas arriscam tornarem-se vítimas.

Quanto aos dois primeiros casos, elas continuam a declarar seu esposo como chefe da família, mesmo se ele não assume mais suas funções de decisão e de sustento econômico a título principal, seja porque elas se submetem à pressão social no meio em que vive, seja porque, dessa maneira, elas esperam chamar os cônjuges às suas responsabilidades.

As famílias cujo chefe é uma mulher representam uma ameaça potencial à ordem social patriarcal, fundada sobre a submissão das mulheres, o controle de sua força de trabalho, de sua sexualidade, e de sua descendência. Elas são pressionadas, então, a ficarem o máximo possível em situações de fato, não reconhecidas jurídica e politicamente. A luta pelo reconhecimento estatístico, jurídico e político das mulheres chefes de família, e pela aquisição de direitos que se configuram neste contexto, inscreve-se num combate mais amplo de equidade entre homens e mulheres. Identificando a injustiça onde ela é mais grave, em virtude do isolamento e do desamparo extremo de grande parte dessas famílias, este combate deve marcar os espíritos e fazer avançar a causa das mulheres no seu conjunto.

1) A quinta situação compreende aquela em que o parceiro masculino ou cônjuge está ausente mas existe um outro adulto masculino no domicílio. Ser chefe de direito ou de fato, ou os dois ao mesmo tempo, depende:

- da situação sócio econômica do domicílio em análise;
- do *status* da mulher na estrutura familiar;

- das condições e da disposição da unidade familiar extensa, ou a sociedade, de proporcionar assistência financeira à mulher.

#### Definições alternativas

Quais definições alternativas foram propostas para substituir a limitada definição de mulher chefe de família?

Ser chefe ou esteio da família significa para uma mulher:

Que ela tenha autoridade sobre todos os membros da unidade doméstica?

Que ela tome as decisões essenciais relativas às despesas cotidianas e de prazos mais longos?

Que ela assuma a contribuição econômica principal da unidade doméstica, considerando seus membros separadamente?

Os critérios de autoridade e de decisão são particularmente pertinentes e fáceis de observar em situações onde um homem adulto não está presente: as mulheres dos imigrantes, as viúvas ou divorciadas, as mães solteiras, responderão positivamente a estes dois critérios, se sua família não foi reintegrada no seio da família ampliada, onde elas poderiam encontrar-se, novamente, submetidas à autoridade de sua sogra ou de outros homens, membros da família. No entanto, estes dois critérios não são operacionais em todos os casos onde um homem adulto está presente, mesmo se é a mulher e não o homem, quem assume a contribuição econômica principal para fazer face às despesas da unidade doméstica. Corre-se sempre o risco de contestação do exercício da autoridade e da decisão feminina, posição que deverá ser confirmada pelo pesquisador sem treino ou recenseador<sup>21</sup>.

O critério da contribuição econômica principal, em numerosos casos, parece ser o critério mais claro para o pesquisador. Teoricamente, é necessário avaliar:

os rendimentos monetários e não monetários de cada membro da unidade doméstica; o nível de consumo individual de cada um deles, a fim de calcular, de cada um, a contribuição líquida nas despesas do domicílio.

---

<sup>21</sup> Rogers, Beatrice, in Population Council/ International Center for Research on Women, Seminar I, Washington, D.C. 1989, pg. 26-27.

Somente pesquisas de pequena dimensão, ou dotadas de meios suficientes, poderão estabelecer precisamente quem é, segundo este critério, chefe de família. Na prática, é muito difícil de compatibilizar a multiplicidade de ínfimos rendimentos monetários, obtidos de atividades informais que não são alvo de uma contabilidade específica, de valorizar contribuições que não são monetárias, como o trabalho doméstico, cuidar das crianças, a produção doméstica. Foi sugerida a utilização de medidas aproximativas da contribuição econômica principal<sup>22</sup>.

1. Os estudos demográficos tem apontado que dentre as mudanças mais visíveis na família brasileira desde a década de 80, observa-se o crescimento da família uniparental. Famílias chefiadas por mulheres em idade reprodutiva duplicaram de 5% para 10% entre 1960 e 1984, segundo Goldani<sup>23</sup>. A autora ressalta que na década de 70, as viúvas representavam 55,2% das mulheres chefes de família, passando a responder em 1984 por apenas 20,7%, enquanto que a participação de mães solteiras e separadas cresce neste universo para 74,5%. A consequência direta da predominância da mulher separada e da mãe solteira é a redução, dos níveis de idade da mulher chefe de família. Embora não haja estudos estatísticos sobre os níveis de sua participação econômica, provavelmente esta mulher é provedora do domicílio ou tem participação ativa na sua manutenção.
2. É discutível se domicílios chefiados por homens ou domicílios com múltiplos trabalhadores de fato assegurem um melhor nível de vida para seus membros. Este aspecto é fundamental porque, apesar das oportunidades de ganhos serem baixas, tanto para homens como para mulheres de uma classe social de menor poder aquisitivo, existem evidências de que uma melhor distribuição dos recursos entre membros de domicílios chefiados por mulheres tende a anular os piores efeitos da pobreza e, portanto, reduzir a vulnerabilidade do grupo domiciliar. De fato, gastos e investimentos de homens e mulheres tem sido apontados como diferenciados e ligados a diferentes prioridades dentro do domicílio, com uma melhor distribuição e acesso mais

---

<sup>22</sup> Rao, M.S.V. , Alternative Approach to Using Census Data to Highlight Women's Household Maintenance Role, in Population Council/ International Center for Research on Woman. Seminar I, Washington, D.C. 1989.

<sup>23</sup> Goldani, A, As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas. Cavernous de Piques 91, 1994 7-21.

democrático de todos os membros aos recursos nos domicílios mantidos por mulheres. Em um estudo na cidade do México<sup>24</sup>, constatou-se que os recursos nestes domicílios eram mais democraticamente distribuídos, comparados com os domicílios chefiados por homens, uma das razões pelas quais muitas mulheres optaram por se tornarem chefes de seus próprios domicílios e famílias. Por outro lado, mulheres também podem não estabelecer relações conjugais e preferir criar seus filhos sozinhas. Podem optar por fixarem residência autonomamente, como uma questão de escolha. É importante, portanto, considerar as condições para a emergência da chefia feminina como social e historicamente fundada e não, necessariamente, como resultado direto do aumento da pobreza.

3. No que se refere à sociedade brasileira, é crescente a participação da mulher no provimento de seu domicílio, crescimento esse em todas as categorias, diminuindo a especificidade do tipo de mulher que se incorpora ao mercado de trabalho. Se ela era predominantemente, solteira na década de 70, o grande crescimento se deu entre as casadas na década de 80, revelando o crescimento relativo do *status* conjugal. Tais fatos demonstram, portanto, que o quadro econômico brasileiro tem mobilizado todas as categorias de mulheres para a contribuição no sustento domiciliar. Este crescimento pode ser ainda superior ao que as estatísticas revelam, pois a incorporação da mulher ao mercado de trabalho também possui inúmeras questões que contribuem para subestimar o verdadeiro papel econômico da mulher na reprodução do seu domicílio: a dificuldade de identificar as diversas formas em que isso se dá; a predominância das mulheres nas atividades do setor informal e a dificuldade de contabilizar estas atividades; a associação de atividades remuneradas com atividades não remuneradas; a intermitência das atividades consideradas femininas<sup>25</sup>. Com o aumento do desemprego masculino em áreas urbanas, é provável que domicílios mantidos por mulheres, mas chefiados por homens, possam estar se tornando uma tendência significativa em algumas sociedades como a brasileira. Pesquisa<sup>26</sup> sobre o desemprego industrial em São Paulo, aponta para

---

<sup>24</sup> Chant, S., Women and Survival in Mexican Cities: Perspectives on Gender, Labour Markets and Low Income Households. Manchester, Manchester University Press, 1991.

<sup>25</sup> Abreu A. R. P. & Sorj, B. Subcontratação e Trabalho a Domicílio – A Influência do Gênero, in Martins, H. S. & Ramalho, J.R. (org.) Terceirização, Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho. São Paulo, Hucitec Cedi-Nets, 1994m pg. 61-74

<sup>26</sup> Hirata, H. & Humphrey, J., Reponse to Job Loss: Female and Male Industrial Workers in Brazil, mineo, 1989.

as diferentes estratégias adotadas por homens e mulheres desempregados frente à necessidade do sustento familiar. Enquanto a mulher assumia trabalhos temporários e casuais até se vincular definitivamente ao mercado de trabalho e, então, normalmente no setor de serviços, os homens permaneciam longos períodos em desemprego, priorizando o retorno ao trabalho industrial, o que não ocorria freqüentemente.

4. Outro aspecto é que, enquanto os domicílios chefiados por mulheres sozinhas podem resultar em menor opressão e maior autonomia feminina devido à ausência de um parceiro, domicílios mantidos por mulheres, mas chefiados por homens, podem significar pressão em dobro, já que as mulheres se incumbem da geração de renda, mantêm seu papel doméstico e tem pouca autoridade sobre o orçamento e decisões domiciliares.

A opção de se trabalhar com um referencial mais amplo, baseado no provimento feminino, não significa que se esteja relativizando a importância da figura masculina. Pelo contrário, a ausência masculina implica um rendimento menor para os domicílios que dependem do rendimento feminino, o que se argumenta é que rendimentos masculinos podem não estar associados à reprodução familiar e bem estar dos domicílios.

Adotando-se o critério da manutenção familiar feminina, o referencial expande-se para além da ótica conjugal ou seja, para além da presença ou ausência masculina no domicílio. Trata-se de trabalhar bem menos com um referencial que aprisiona determinados significados e bem mais com um processo: a participação econômica feminina e a relação direta com a sobrevivência e a reprodução dos domicílios. Este referencial mais amplo permite a identificação, a nível micro, dos diferentes processos que levam a mulher a assumir atividades remuneradas simultaneamente às atividades domésticas, e compreender a natureza da diminuição do homem no sustento e manutenção de seus dependentes e/ou domicílios<sup>27</sup>.

Isto feito, podemos agora propor uma definição de Mulher Chefe de Família – MCF, para a nosso trabalho de investigação, objetivando cobrir a variedade e complexidade de situações encontradas nos abordagens de campo.

Mulher Chefe de Família – MCF é:

---

<sup>27</sup> Carvalho, M.L.S.S., op. Cit...



Dimensão econômica:

A mulher que é responsável pela manutenção econômica da unidade doméstica (U.D.) e sobre a qual pesa a responsabilidade de sobrevivência das pessoas sob seu encargo, tais como seus filhos, pais ou terceiros (marido ou companheiro, irmãos, tios, primos, pessoas com quem mantém laços afetivos ou de solidariedade). Esta capacidade econômica é conseguida através do uso de sua força de trabalho ou habilidades, saberes e competências ou outras dotações pessoais capazes de gerar recursos tais como direitos adquiridos ou reconhecimentos sociais;

Dimensão poder

Possuir autoridade suficiente sobre todos os membros da unidade doméstica capaz de orientar atitudes e comportamento;

Dimensão liderança

Capacidade suficiente para decidir e controlar, no cotidiano e no longo prazo, os recursos gerados para a reprodução da unidade doméstica.

A mulher mantenedora, em contraste com a mulher chefe de família, possui completamente, apenas a dimensão econômica. A mulher mantenedora falta ou é insuficiente à ocupação plena dos espaços da autoridade e da liderança.

A noção de Unidade Doméstica ( U. D. ) também se amplia:

Por unidade doméstica (U.D.) se entende uma ou várias pessoas habitando sob o mesmo teto e utilizando a mesma infra-estrutura doméstica, ligados por laços conjugais, sanguíneas ou outros. Podendo também compreender situações internas e externas ligadas ao espaço mantido pela mulher mantenedora ou chefe de família, podendo agregar outros tetos e infra-estruturas domésticas. relacionadas à “conexões econômicas e intrafamiliares, laços ou redes e fluxos internos”.

O objeto de nossa pesquisa poderia também se definir da seguinte maneira: situações cada vez mais frequentes onde uma mulher (mãe, avó, tia...) assume a responsabilidade principal da família, com o apoio cada vez mais reduzido dos homens (cônjuge, pai, parentela masculina), da família ampliada e do Estado. Monoparentalidade, família monoparental, família, casa ou domicílio cujo chefe ou esteio principal é uma mulher, mulher chefe de família de direito (*de jure*) ou de fato (*de facto*), tais são os termos

empregados para designar estas situações. Atrás das polémicas terminológicas e de definição, escondem-se os jogos de poder e de repartição de recursos.

Concernente a conciliação entre trabalho e vida familiar, consta-se que há questões que se apresentam na atualidade de formas universais.

Encontrar o desejável equilíbrio entre a atividade profissional e a vida familiar é um desafio que todos os países enfrentam.

Na Nova Zelândia, em Portugal e na Suíça, muitos pais, mães e filhos sentem-se satisfeitos com os compromissos conseguidos. Contudo, muitos outros se sentem seriamente constrangidos, de uma, ou de outra, e cujo bem-estar pessoal se ressentem disso.

Algumas pessoas gostariam de ter filhos mas não vêem como poderão conciliar essa responsabilidade com a sua atual situação no emprego. Outras pessoas se sentem felizes com o número de filhos do agregado familiar, mas gostariam de trabalhar mais, quer para sentir uma maior realização pessoal, quer para aumentar o rendimento familiar, ou ambos. Outros embora satisfeitos com a situação familiar, gostariam de trabalhar em horários diferentes ou reduzir as horas de trabalho para poderem estar mais tempo com os filhos, mas não o fazem porque não podem por em risco as suas perspectivas de carreira profissional.

### Conclusão

Considerando a trajetória de sociabilidade das mulheres dentro da concepção de família e do “habitus” segundo Bourdieu, verifica-se que a família para as mulheres analisadas, tem uma simbologia, e significa uma ilusão bem fundamentada, entre elas podemos enumerar as mulheres que se engajam em movimentos feministas, ou possuem uma consciência plena de seu papel na sociedade enquanto cidadãs, portadoras de direitos, de projetos de ser, e são de fato sujeitos sociais, modificando e construindo projetos de vida, vendo na família um processo de transformação social, e aquelas que de uma forma, ou de outra, ainda permanecem com algumas inculcações interiorizadas na concepção do hábitus, sistema de disposições duráveis e transferíveis que integram todas as experiências, inseridas mentalmente e culturalmente nas reproduções dos processos de dominação e subordinação a que estão submetidas.

Considerada a nova composição familiar oriunda dos papéis assumidos pelas mulheres não apenas no mundo do trabalho, mas na labuta doméstica, o conceito de "chefia

familiar", tal como elaborado pelo IBGE tem se mostrado superado. Adotando uma nova metodologia que refere à chefia familiar não apenas ao indicado por um respondente isolado, mas utilizando critérios de aferição que permitam compreender a gestão não apenas por um dos cônjuges, mas ainda quando é feita em conjunto, vem se constatando uma nova realidade familiar, o crescimento da direção familiar feminina. Subsidiariamente, estudam-se também modificações na sexualidade, e o surgimento de áreas familiares onde à chefia familiar parece haver se tornado prerrogativa feminina, o que tem aparecido em populações muito jovens( mães de catorze a dezessete anos) ou muito idosas(mulheres acima dos cinqüenta anos).

De um modo geral, embora as pesquisas sejam diversificadas setorialmente, pode-se localizar o esforço principal como uma busca de alinhar as transformações encontradas e referidas relacionando-as a construção da cidadania feminina. Ou, se cabe a expressão, uma referência entre os papéis familiares e sua transformação, e a ocupação do espaço público.

#### Referências Bibliográficas

ANSART, P. *Lês Sociologies Conteporanies*. S, Paris 1990

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990

BOURDIEU,P. *Le sens pratique*, Minuit, Paris 1980.

\_\_\_\_\_ *La Misère du Monde*. Seuil,Paris1993.

\_\_\_\_\_ *A Dominação masculina revisitada*, . In. Lins, Daniel, (Org) *A Dominação masculina revisitada*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP, Papirus 1998

a

BRUSCHINI, Cristina. *Teoria e Crítica da família*. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, São Paulo: Cortez, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". In: Coutinho, Carlos Nelson e Nogueira, Marco Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, pp. 103-128.

\_\_\_\_\_ *Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil*. T. das Ciências Humanas, 10:93-110, 1981

\_\_\_\_\_Dias, Edmundo Fernando. Democracia Operária. Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1987.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos Sociais e a Emergência de uma nova cidadania. In: anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: brasiliense, 1994.

DEBERT, Guita grin, A Reinvenção da Velhice. Socialização e processos de Reprivatização do envelhecimento. São Paulo: editora da universidade de São Paulo: FAPESP, vol 2, número 3. 1994, p. 33-51.

DE FARIAS , Araújo, N. As estratégias de sobrevivência das mulheres no nordeste do Brasil e a Intervenção dos Assistentes Sociais. Estudos e Documentos. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social(CPIHTS) Atos das Jornadas internacionais-Serviço Social no Feminino. Lisboa,1997.

DUMAZEDIER, Joffre. A revolução cultural do tempo livre. São Paulo: Studio/Nobel. SESC, 1994

#### DICIONÁRIOS

\_\_\_\_\_Aurélio, 2ª Edição, Nova Fronteira, RJ, 1989

\_\_\_\_\_André Guilherme Polito Melhoramentos, SP, 1994

\_\_\_\_\_Rua Boudon, F. Bourricaud, Dicionário Crítico de Sociologia Editora Ática, SP, 1993

\_\_\_\_\_Pensamento Social do Século XX, Edição brasileira, Renato Lessa e Wanderley Guilherme dos Santos, Jorge Zahar Editor, RJ, 1996

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_ . Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984

GERMANO, José Willington, Estado Militar e Educação no Brasil. São Paulo. Cortez, 1993.

GOLDANE,A. As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas, Caderno de Pesquisas 1994

HELLER, Agenes: Estrutura da vida cotidiana. In: O Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HIRATA, H. Notes sur le Rapports d'une Problematique en Terme de Rapports Sociaux de Classe et de Sexe. Cahiers du Gedisst 03 IRESCO/CNRS, Paris, 1992

LE DOARÉ, H. Le Mouvement Populaire en Amerique Latine. Elements d'une reflexion sur lo Notion de mouvement Social Sexué, in cahiers du Gedisst 02 IRESCO/CNRS, Paris, 1991

MAFFESOLI, Michell. A Dinâmica da Violência. São Paulo: Vértice, 1987.

MELO, Silvia Leser de. Família: perspectiva teórica e observação factual . In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de. (org). A Família Contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

MICHAUD, Yves. A violência. São Paulo: Vértice, 1987.

MORIN, Edgar. Cultura de Massa no século XX. Vol. 01. Neurose. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

ODÁLIA, Nilo. O que é violência. 6ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. Col. Primeiros Passos.

OLIVEIRA, Rita da Cássia da Silva. Terceira idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: Paulinas, 1999 (Coleção Terceira Idade).

PASSETI, Edson ET alli. (Org.). O mundo do menor infrator. (Coleção Teoria e Prática sociais) São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

QUINTAS, F. A Mulher e a Família no Final do Século XX, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana , Recife, PE, 2000

SADER, Eder. Idéias e questões. In: quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SCHERDR – WARREN, lise. Redes de Movimentos Sociais: uma perspectiva para os anos 90. In: redes de movimentos Sociais.São Paulo: Brasiliense, 1993.

RIFIOTIS, Theophilos. Nos campos da violência: diferença e positividade. Florianópolis, 1997. Mimeo

RIOS, Terezinha Azevedo. Indivíduo, Ética e Práxis. In: revista Inscrita, ano II – número 03 CFESS, 1998

TELLES, Vera Silva. Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos, In: Revista Polis número 14.

YAZBEK,Carmelita Maria: As classes subalternas como expressão de um lugar social: a exclusão integrativa. In: classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo: Cortez, 1996.

ZALUAR, Alba. Medo do Crime, medo do diabo. XVII. Encontro Anual ANPOCS, Caxambu, 1993.

\_\_\_\_\_. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: Velho, Gilberto et Alvito, Marcos. Cidadania e Violência. Rio de Janeiro: /UFRJ, 1996.

ALAMBERT, Zuleika, Feminismo – O Ponto de vista Marxista, São Paulo, Editora Nobel, 1985

BARROSO, Carmen Mulher, Sociedade e Estado no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1

HANNER, Jane E. A Mulher no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978

Política de Conciliação da Atividade Profissional e da Vida Familiar – Nova Zelândia,

Portugal e Suíça, OCDE v. 3 Direção geral de Estudos estatística e Planeamento Lisboa

2004

SAFFIOTI, Heleieth I.B. A mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade, São Paulo,

Editora Quatro Artes, 1969

Referências

HOODFAR. Homa D. Dwyer & Bruce (Eds) Journal of South Asian and Middle Eastern Studies, Vol. 13, n. 4. Verão de 1990, Cairo

Youssef. N. & Carol B. DHS World Conference argots de 1991, Washington D.C.

Proceedings, Vol. 3 página 1606

Okaki. K. DHS Conference Washington D.C. Proceedings, Vol. 3. Pagina 1604

Schwede Laurel. Family Strategies of Labor Allocation - Indonesia – Tees de PHD

Université de Cornell, Ithaca, 1994

Araujo de Farias N. Les Stratégies de Survie et l'organisation de Femme dans la Région

Nord- est Brésilien - Tése de Doctorat – Université Denis- Diderot Paris VII – France,

1996

Araújo de Farias N. Ação Sócio Política das Mulheres Chefes de Família no Nordeste

Brasileiro – Universidade Federal do Rio Grande do Norte e CNPQ Conselho Nacional de

Pesquisa e Desenvolvimento Científico Brasil, 2006.